

A “CIDADE-EXPOSIÇÃO” DO RIO DE JANEIRO: ESPAÇO DE EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS DA SAÚDE PÚBLICA PARA O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Marta de Almeida

O Brasil é um país destacado internacionalmente em políticas de saúde pública, e a produção historiográfica das últimas décadas sobre o tema revelou a sagacidade científica e cultural para lidar com muitas adversidades em regiões heterogêneas. No entanto, nos últimos anos, fomos surpreendidos com constantes ataques ao conhecimento científico, causando verdadeiros retrocessos sanitários ocorridos com a queda da cobertura vacinal na população brasileira e agravados ainda mais com a eclosão da pandemia de Covid-19, quando ficou evidente o desconhecimento, o desprezo ou até mesmo a impossibilidade - por falta de condições financeiras, que permitisse o acesso à água limpa e aos produtos de limpeza - para seguir alguns hábitos higiênicos bastantes simples como o de lavar corretamente as mãos.

Assim, parece oportuno revisitar neste capítulo o período republicano do início do século XX quando se consolidou de forma mais efetiva a noção de higiene no Brasil, considerando que, mais que imposição de condutas e práticas de controle do corpo, o alargamento de sua compreensão como valor cultural de uma nova sociedade a se configurar pode nos auxiliar na compreensão das engrenagens políticas que marcaram a noção de nacionalidade ao longo do tempo, atualizando o conceito de higiene para novas dimensões e práticas científicas que, no léxico mais contemporâneo, recria novos termos para velhas concepções com um denominador comum que vem, pouco a pouco, na transição para o século XXI, se esvaziando: a saúde do trabalhador como elo da cadeia produtiva e não como o direito à vida plena. Atualmente, nem isso mais se consolida em termos de argumentação, posto que a própria identi-

dade do trabalhador vem perdendo espaço nas discussões públicas e acadêmicas sobre o tema. Para Reinaldo Guimarães, os próprios termos “higienismo” e “higienista” são, diversas vezes, usados de maneira pejorativa, pois higiene ganhou o sentido de uma intervenção autoritária, centralizadora e de controle social por parte do Estado sobre os indivíduos. A “criminalização” ocorre por se associar higiene a esse tipo de “medicalização da vida” ou à eugenia (Guimarães, 2013 citado em Mantovani e Marques, 2020, p. 338). Segundo Rosangela Rangel (2013, p. 70).

o higienismo monopolizou o debate sobre as implicações da insalubridade para o desenvolvimento econômico do país e introduziu a questão racial no diagnóstico das mazelas do Brasil. A noção de degeneração racial e a composição étnica da população assumiram crescente importância tanto nas polêmicas sobre “identidade nacional” e “nação” como no próprio discurso higienista no prelúdio republicano.

Os médicos foram agentes e, ao mesmo tempo, testemunhas de diversas alterações na organização sanitária e no direcionamento da pesquisa biomédica no país. Reformas sanitárias com vistas ao saneamento das periferias urbanas e das zonas rurais e à luta pelo fortalecimento do poder federal com relação aos demais estados, numa política sanitária centralizadora que trouxesse a erradicação das endemias rurais como a malária, a ancilostomíase ou a doença de Chagas.

Os livros e revistas publicados no período sobre saneamento¹ atacaram frontalmente as autoridades governamentais pelo flagelo das doenças e pobreza infinita das regiões do interior do país. A formação da Liga Pró-Saneamento, fundada por Belisário Penna² em 1918, tinha a finalidade de alertar as autoridades públicas e intelectuais para a precariedade das condições sanitárias e de obter apoio para uma ação pública de saneamento no interior, ou melhor, nos chamados “sertões” do Brasil (Hochman, 1998, p. 63). Outras iniciativas ocorreram naquele mo-

1 Entre 1918-1919 foi publicada pela Liga Pró-Saneamento a revista *Saúde* e em 1923 foi feita uma segunda edição do livro de Belisário Penna intitulado *Saneamento do Brasil*.

2 Belisário Penna foi inspetor sanitário nas campanhas sanitárias de Oswaldo Cruz e viajou com Carlos Chagas para Minas Gerais em 1908 e com Oswaldo Cruz em 1910 para a Amazônia. Em seguida, junto a Arthur Neiva, fez uma grande expedição pelo sertão brasileiro, mapeando as endemias nas zonas secas da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás (Benchimol & Teixeira, 1993, p. 106, nota 3 e Pereira Neto, 2001, p. 209-210).

mento, como a formação da Liga de Defesa Nacional, a Liga Brasileira de Higiene Mental e o Instituto de Higiene em São Paulo, fruto da parceria entre o governo paulista e a Fundação Rockefeller, com o objetivo “de formar profissionais realmente especializados na matéria, onde se tornasse possível promover pesquisas sanitárias, métodos e processos sanitários de interesse para o país” (Campos, 2002, p. 61). Seu programa do curso de Especialização em Higiene Rural, proposto em 1921, era amplo e abordava justamente as problemáticas consideradas mais graves no país: malária, ancilostomíase, lepra, sendo Carlos Chagas convidado para proferir a conferência de abertura.³

Tais iniciativas estavam afinadas com o movimento maior de “sanitarismo” ocorrido naquele período em outras partes do continente americano e com os novos programas de pesquisa de grandes centros localizados, sobretudo dos Estados Unidos. Além disso, outros espaços médicos, além do Instituto Oswaldo Cruz, tiveram participação neste movimento de organização de novas políticas sanitárias para o país, como a Academia Nacional de Medicina (ANM), no que se referia às diretrizes a serem tomadas para sanear o “estado deplorável das populações do interior do Brasil”. Nas palavras de seu presidente, Miguel Couto, a respeito da repercussão causada pelo eloquente discurso de Miguel Pereira no qual afirmou ser o Brasil um imenso hospital.

Já a Academia homologou o voto de aplauso proposto pelo Professor Aloísio de Castro e aceitou a indicação do Dr. Antonino Ferrari, mas parece que a ela cabe outro papel neste grave problema. O Professor Miguel Pereira apontou a chaga, mas é a esta Academia que cabe indicar o remédio, exercendo mais uma vez a função de sucedâneo do antigo Conselho do Estado. Está autorizado a declarar que o Sr. Presidente da República, que acompanhou com o maior interesse a discussão travada em torno deste assunto, receberia com maior agrado as sugestões partidas da nossa Academia.⁴

3 *Brazil Médico*, ano 35, n. 19, v. 2, 19 nov. 1921, p. 292-293.

4 Sessão da ANM do dia 30 nov. 1916, publicada em *Brazil Médico*, ano 31, n. 3, 20 jan. 1917, p. 30. A indicação referida de Antonino Ferrari foi feita na sessão do dia 16 nov. 1916 e era a de que a ANM fizesse um apelo público para que houvesse a colaboração de todas as associações científicas do Brasil e dos governos estaduais e municipais para a campanha em favor do saneamento de algumas regiões do litoral e do interior do Brasil.

A articulação política entre a ANM e o governo federal parecia ser um “trunfo” do qual seus membros não gostariam de abrir mão, descentralizando o poder das decisões com autoridades estaduais e municipais. E o “remédio” deveria ser estudado então por uma comissão especial nomeada naquela sessão, que durante as férias da Academia organizaria uma proposta com medidas a serem aconselhadas ao governo para o saneamento dos “nossos sertões”. Os nomes, claro, incorporavam a lista dos renomados sanitaristas que bradavam pelos quatro cantos do país que era preciso saneá-lo: além do próprio presidente da ANM, Miguel Couto, foram nomeados Oswaldo Cruz, Miguel Pereira, Carlos Chagas, Carlos Seidl e Afrânio Peixoto.

Mas se havia um movimento mais ostensivo contra os males endêmicos do interior, outras surpresas nada agradáveis fariam com que os médicos se sentissem meio “órfãos” e retroagissem ao tempo dos surtos epidêmicos, aparentemente controlados pelas campanhas empreendidas no começo do século. O sentimento de orfandade está aqui relacionado com o choque da notícia de falecimento de Oswaldo Cruz, ocorrido em fevereiro de 1917, causando comoção nacional, retratada em páginas da imprensa e das revistas médicas nacionais e estrangeiras. As tensões internas em Manguinhos se agravaram ainda mais, pois pairava sobre as cabeças dos pesquisadores uma grande ameaça à manutenção de um patrimônio científico construído sob a égide de seu fundador.⁵ Além disso, eclodiu não uma epidemia, mas uma pandemia de gripe, conhecida como *gripe espanhola* ou *influenza*, e que ceifou milhões de vida em diversas partes do mundo.⁶

No Rio de Janeiro, atingiu mais de dois terços da população, matando 12.830 pessoas nos meses de outubro e novembro daquele ano (Bertucci, 2004). Os serviços sanitários e hospitalares não davam conta da demanda, e as críticas aos governos federal e estadual se intensificaram ainda mais naquele período.

5 Editorial em *Brasil Médico*, ano 31, n. 7, 17 fev. 1917, p. 51. Oswaldo Cruz faleceu no dia 11 fev. 1917, em sua casa em Petrópolis, aos 44 anos, vitimado por complicações de insuficiência renal. Sobre o movimento de mitificação de Oswaldo Cruz após a sua morte, ver Britto (1995).

6 Sobre a pandemia de gripe no início do século XX, ver Kolata (2002), Bertucci (2004), Britto (1997). Para um estudo mais atual a respeito e sincronizado com a eclosão da Covid-19 no mundo, ver o belo livro de Schwarcz e Starling (2020).

Não é, portanto, mera coincidência que no início do século XX, e justamente nas duas cidades com maior concentração populacional e estabelecimentos industriais – São Paulo e Rio de Janeiro –, as iniciativas para reuniões científicas e exposições abertas ao público, com enfoques nas diretrizes de novas concepções de higiene, ganhassem repercussão nacional e internacional.

As exposições na cidade e a cidade nas exposições

As exposições de 1908, 1909 e 1922 sediadas na capital federal refletem bem essa tendência e, ao mesmo tempo, são realizações ímpares para se perceber as alterações que ocorreram nesse curto espaço de tempo e a relação da cidade e o imaginário projetado para outras localidades do país, junto às transformações que a própria concepção de higiene e saúde pública passavam.

A definição do local para a Exposição Nacional do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas foi tema de debate, e o argumento que prevaleceu para sediá-la nas imediações da Praia Vermelha foi a existência de algumas construções como o edifício do Palácio dos Estados, iniciado como projeto para abrigar a Escola Superior de Guerra e, posteriormente, a Universidade do Brasil. Atualmente funciona nele o Museu de Ciências da Terra, do Departamento Nacional da Produção Mineral. Outra edificação preexistente na região era a Escola Militar, que funcionava numa antiga fortaleza colonial, alterada em 1857 como espaço de ensino prático de engenharia, posteriormente focada apenas na engenharia militar, em 1874, depois fechada no início do século XX e demolida após os ataques ocorridos na Intentona Comunista de 1935, possibilitando a abertura da praia que, até então, esteve fechada pela edificação. Mas as imediações foram totalmente alteradas com a abertura da avenida dos Estados – atualmente, avenida Pasteur – aterramentos com uso da técnica hidráulica, jardins, praças, alargamento de ruas, estação de barcas e linhas de bonde e férrea. Além do Distrito Federal, alguns estados contaram com sofisticados pavilhões próprios, caso de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, além do Pavilhão de Santa Catarina, uma construção de madeira estilo *chalet* rústico, típica da região serrana.

A exposição, dividida em seções de agricultura, indústria e artes liberais, funcionou de 11 de agosto a 15 de novembro de 1908 e foi visi-

tada por cerca de um milhão de pessoas que, além de conhecerem os diversos pavilhões, puderam usufruir de intensa programação com cinematógrafo, teatros, ringue de patinação, restaurantes, quiosques e coretos. Além de informações diárias sobre o evento no *Jornal da Exposição*, impresso no Pavilhão da Imprensa e do *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*, organizado pela Diretoria Geral de Estatística sobre território, população e economia, houve também a distribuição de uma publicação organizada pela Santa Casa de Misericórdia a respeito dos estabelecimentos criados e dirigidos pela organização, intitulada *Notícias dos diversos estabelecimentos mantidos pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro* (Rangel, 2013, p. 84-85).

Surpreendida pela eclosão de um surto de varíola na cidade naquele ano, sobretudo nos meses de julho e agosto, com altas taxas de mortalidade, ainda que o caráter obrigatório da vacinação fosse tema polêmico e havendo inclusive a recomendação para evitar as aglomerações pelas autoridades sanitárias, a exposição contou com a representação de serviços de saúde existentes no Rio de Janeiro e em outros estados, além da organização do Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada (23 de setembro a 13 de outubro de 1908), que ocupou as dependências do Pavilhão do Distrito Federal, com a participação direta do então prefeito do Distrito Federal e de outras autoridades, buscando delimitar ações públicas para os temas da orfandade, alcoolismo, mendicância, entre outros. O congresso foi dividido em quatro seções: assistência pública; assistência médica; assistência à infância e assistência externa. Em anexo a esse evento, foi organizada uma Exposição de Higiene e Assistência Pública, “uma exposição dentro da Exposição”, com fotografias de Augusto Malta sobre diversas instituições de assistência da capital federal (Rangel, 2013, p. 87).

Enquanto os preparativos para a Exposição Nacional do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas movimentavam a cidade do Rio de Janeiro, outra exposição já estava sendo idealizada e apoiada pelo governo federal: a Exposição Internacional de Higiene, anexa ao 4º Congresso Médico Latino-Americano, a ser realizada na capital do Brasil. O presidente da República, Affonso Pena, autorizou um crédito espe-

cial para custear as despesas com o evento já no início de 1908.⁷ Além deste apoio, foi permitido utilizar o mesmo espaço e algumas edificações da exposição organizada na Urca para abrigar a exposição médica. É pouco lembrado que o Palácio dos Estados, o Palácio das Indústrias e o pavilhão do Distrito Federal receberam os expositores desta Exposição Internacional de Higiene. Este tipo de evento, também iniciado no último quartel do século XIX, adentrou o século XX⁸ com grande participação e protagonismo dos países latino-americanos, uma vez que os congressos médicos do continente organizaram exposições de higiene anexas e abertas ao público, com intuito de formar posteriormente museus de higiene (Almeida, 2004).⁹ Todavia, é de maior conhecimento entre nós a Exposição de Higiene de Berlim, em 1907, onde o Instituto Oswaldo Cruz recebeu a medalha de ouro e, posteriormente, a grande Exposição de Higiene de Dresden, em 1911, onde o pavilhão brasileiro, representado prioritariamente pelos trabalhos desenvolvidos pelo governo federal do Rio de Janeiro na capital e em diversas regiões do país – contando inclusive com a presença do próprio Oswaldo Cruz na delegação brasileira – teve destaque internacional. A perspectiva eurocêntrica em se considerar a repercussão internacional apenas em eventos sediados no Hemisfério Norte fez com que as exposições sediadas na América Latina tivessem pouco interesse, quase nunca referenciadas nos trabalhos que se dedicaram ao tema.

7 Decreto n. 1.854, de 4 de janeiro de 1908. “Autoriza o Presidente da República a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 300:000\$ para ocorrer às despesas com a reunião do 4º Congresso Médico Latino-Americano, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1909, e com a exposição internacional de higiene, anexa ao referido Congresso”. Disponível em: <https://bit.ly/4dWabPa>. Acesso em: 9 jan. 2023.

8 Como exemplo de algumas das exposições dedicadas ao tema da higiene, destacam-se a exposição alemã de higiene em Berlim (1882-1883) e eventos similares no âmbito das Exposições Universais de Paris (1900) e de St. Louis (1904) (Muñoz, 2022, p. 196).

9 A partir dessas exposições que contaram com a entusiasta participação do Brasil, foi inaugurado o Museu de Higiene, em 1912 (Muñoz, 2022, p. 196), nas dependências do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela que funcionava na Praça da República e, posteriormente, ocupou a sede do Departamento Central de Saúde Pública, na rua do Rezende, no Centro. Trata-se, portanto, do mesmo período do vislumbrado Museu de Higiene de Dresden, previsto para ter edificação própria também em 1912, mas efetivamente construído somente na década de 1930, muito em decorrência da eclosão da Grande Guerra Mundial.

Aberta ao público durante os meses de agosto e setembro de 1909, a inauguração da Exposição Internacional de Higiene em solo brasileiro foi marcada por um grande público, atraído principalmente pelas diversões e espetáculos anunciados. A comissão organizadora do evento seguiu as diretrizes do regulamento da série ocorrida em outras cidades vizinhas – Santiago, Buenos Aires e Montevideu – dividindo a exposição em duas seções: industrial – previa a participação de todos os países interessados – e, científica, apenas para representantes de países do continente latino-americano. Foram 396 expositores, sendo 135 científicos (99 brasileiros, 25 uruguaios e 11 argentinos) e 261 industriais (189 brasileiros, 15 norte-americanos, 7 argentinos, 11 alemães, 5 austríacos, 8 ingleses, 2 belgas, 14 franceses, 2 italianos, 1 mexicano, 2 suíços, 1 holandês, 1 português, 1 escocês e 2 húngaros).

A parte científica da exposição foi agrupada em 43 salas, sendo três delas destinadas à Argentina e seis ao Uruguai. As demais salas foram ocupadas com materiais e informações a respeito da medicina e saúde pública do Brasil. O Rio de Janeiro necessitou do maior número de salas. Da cidade do Rio de Janeiro, foram representadas as seguintes instituições: Diretoria Geral de Estatística, Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública Municipal, Instituto Oswaldo Cruz, Diretoria Geral de Saúde Pública, Inspetoria do Serviço de Isolamento e Desinfecção, Hospital São Sebastião, Inspetoria do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, Diretoria Geral de Saúde do Exército, Diretoria Geral de Engenharia do Exército, Laboratório Farmacêutico Militar, Inspetoria Geral de Obras Públicas, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal, Repartição de Planta Cadastral da Prefeitura do Distrito Federal, Inspetoria de Matas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca do Distrito Federal, Matadouro Municipal de Santa Cruz, Escola de Belas Artes, Instituto Vacínico Municipal, Teatro Municipal, Comissão Construtora da Avenida Central, Laboratório Militar de Bacteriologia, Serviço de Veterinária do Exército, Museu Nacional, Hospício Nacional de Alienados, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Serviço Médico Legal do Distrito Federal, Policlínica de Botafogo, Gabinete de Identificação de Estatística da Polícia do Distrito Federal, Hospital da Santa Casa de Misericórdia, Casa de Saúde Dr. Eiras, Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, Associação das Damas de Assistência

Pública, Força Policial do Distrito Federal e Serviço de Limpeza Pública e Particular do Distrito Federal. Também foram levados materiais escolares e instrumentos inventados por médicos do Rio de Janeiro, caso do obstetra Fernando Magalhães que expôs um fórceps e um pelvímeter (Almeida, 2006b).

O estado de São Paulo ocupou uma das salas, sendo representado pelas principais instituições que formavam o Serviço Sanitário do Estado, o Instituto Pasteur, grupos escolares, Repartição de Águas e Esgotos, Serviço de Identificação e pela Maternidade de São Paulo. A representação de Minas Gerais se fez pela participação do governo do Estado, por meio das prefeituras de Belo Horizonte e Juiz de Fora, Secretaria de Finanças e Agricultura e Secretaria do Interior que mostraram as obras sanitárias, educacionais e de controle dos laticínios nas cidades, além de diversas instituições de saúde e de caridade.

O estado da Bahia ocupou uma das salas de exposição, levando grande parte do acervo da Faculdade de Medicina relativo ao movimento de alunos desde sua fundação, em 1808, denotando a preocupação em mostrar sua tradição no ensino médico do país, além de material da biblioteca e um conjunto de 72 fotografias do estabelecimento e dependências de ensino. Sobre saneamento, a prefeitura de Salvador levou quadros com projetos e plantas dos serviços implementados, alguns registrados fotograficamente. O Serviço Sanitário da Bahia foi representado por material referente ao Hospital de Isolamento e Desinfetório.

A Faculdade de Medicina de Porto Alegre levou vários quadros com imagens de suas dependências, e o professor da instituição, Olinto de Oliveira, expôs diversas amostras de vacinas e fotografias. Várias instituições pernambucanas apresentaram fotografias de suas dependências, entre elas a Liga Pernambucana Contra a Tuberculose, o Instituto Pasteur, o Hospital de Variolosos, o Desinfetório Público e o Asilo de Alienados.

Uma das salas foi dedicada especialmente à imprensa médica. Nela puderam ser vistos não apenas exemplares de publicações médicas brasileiras, como também estrangeiras, entre elas revistas, livros, obras de engenharia sanitária, fotografias e monografias sobre variados temas ligados à higiene e ao saneamento.

Já a seção industrial contou com alimentos, produtos químicos, produtos farmacêuticos, inclusive homeopáticos, perfumarias, plantas medicinais (principalmente brasileiras) aparelhos cirúrgicos, instrumentos de laboratório, microscópios, aparelhos de desinfecção, objetos para

curativos, material para assoalhos, construções, filtros, canos higiênicos, automóvel para desinfecção (modelo francês), aparelhos para uso de veterinária, aparelhos para fabricação de manteiga, mapas de anatomia, modelo de tenda de campo, azeite, Farinha Láctea, leite condensado (Henry Nestlé), conservas, queijos, biscoitos, chás, sucos, leite, sabonetes, perfumaria e água mineral. Embora tenha havido a proibição da exposição de bebidas alcoólicas, percebe-se a dificuldade em cumpri-la, pois foram constatados quatro itens da seção industrial que especificavam champanhe, vinhos, aperitivos, conhaque e licores como artigos expostos, além de outros cinco que apresentaram “bebidas diversas”.

Uma alteração com relação ao julgamento dos artigos expostos deveu-se à instauração do chamado Grande Prêmio, hierarquicamente superior às medalhas de ouro, prata e bronze. Todos eram acompanhados de um diploma. Ao todo foram 305 premiações, sendo que 18 receberam o prêmio especial, 141 medalhas de ouro, 114 medalhas de prata e 32 medalhas de bronze. Dez dos contemplados faziam parte da seção científica, entre eles o Instituto Oswaldo Cruz, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Diretoria Geral de Saúde Pública, além da Direção Geral de Assistência Pública e Administração Sanitária de Buenos Aires, Direção Geral de Estatística e Conselho Nacional de Higiene, estes últimos de Montevideu. Portanto, além da capital brasileira, somente Argentina e Uruguai obtiveram a mais alta premiação em termos de serviços públicos ou particulares de medicina e saúde (Almeida, 2006a).

Figura 1 – Multidão na Praia da Saudade caminhando em direção à Porta Monumental. Ao fundo, o morro da Urca e a Estação Marítima no ancoradouro da Urca; da esquerda para a direita, Pavilhão de Minas Gerais e parte do Palácio dos Estados e Porta Monumental, 1908. Foto de Augusto Malta



Fonte: Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República/Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/5462>. Acesso em: 18 mar. 2024.

Figura 2 – Como impacto inicial do público com a exposição foi projetada a Porta Monumental pelo arquiteto René Barba. Construída em madeira, com arco encimado pelas armas da República, media 25 m de altura e 30 m de largura. A iluminação era feita com mais de 8 mil lâmpadas. Além deste aspecto monumental, a porta funcionava como controle de acesso, uma vez que foi projetada com duas passagens laterais, cada uma dando origem a cinco pequenos caminhos, separados para controle do fluxo e contagem, por meio da instalação de borboletas de entrada. Inspirada pela Porta Triunfal da Exposição Universal de 1889, em Paris, a entrada monumental da Exposição Nacional de 1908, por sua vez, foi ressignificada pela Exposição Internacional de Higiene, de 1909, na produção de um souvenir bóton, conforme Figura 3. Foto de Augusto Malta



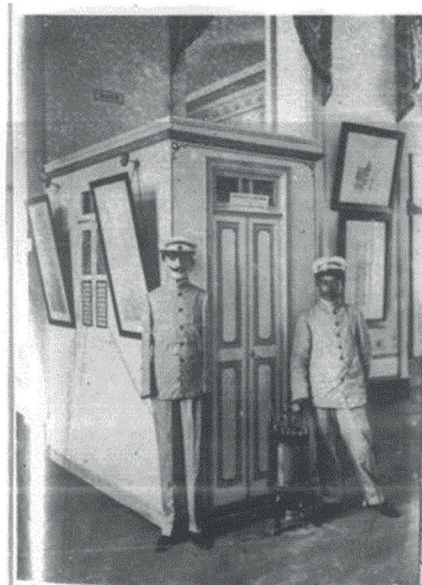
Fonte: Acervo Arquivístico do Museu Histórico Nacional/Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://bit.ly/3YeRnVs>. Acesso em: 18 mar. 2024.

Figura 3 – *Souvenir* da Exposição Internacional de Higiene, atrelando a imagem do evento ao portal da Exposição de 1908

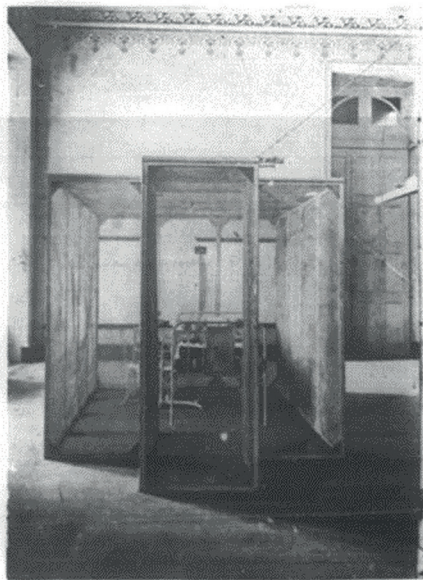


Fonte: Reserva técnica do Museu Histórico Nacional. Foto da autora

Figura 4 – Réplica em tamanho real de funcionários do Serviço Nacional de Saúde Pública (SNSP) e instalações utilizadas para isolamento de doentes de febre amarela com telas no entorno para evitar a entrada de mosquitos na Exposição Internacional de Higiene, nas dependências do Palacio dos Estados, atual Museu de Ciências da Terra



Secção da Saude Publica



Isolamento para doentes de febre amarella, na se-
cção da Saude Publica

Fonte: Revista da Semana, setembro de 1909.

Figura 5 – Diploma entregue aos expositores participantes do evento. Note-se os temas do ilustrador francês Henri Ferran e o tom europeu neoclássico e eugenista da moderna Higiene caracterizada por uma jovem mulher branca, acompanhada de figuras angelicais e mitológicas



Fonte: Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional. Foto da autora.

Passados pouco mais de dez anos dos eventos ocorridos na região da Urca, a Exposição do Centenário da Independência, de setembro de 1922 a julho de 1923, diferiu bastante dos eventos anteriores, com alterações significativas em termos do que foi exposto e destacado. Note-se ainda que a região da Praia Vermelha fora praticamente abandonada, com suas edificações carecendo de manutenção, e os projetos de outra, de transformar aquela região num espaço permanente de exposições na cidade ou mesmo a proposta do médico Garfield de Almeida para a construção de um hospital/asilo, foram completamente esquecidos

(Rangel, p. 81-82 e 105-106).¹⁰ Buscou-se um outro local bem distante dali para sediar a exposição de 1922, desta vez, destruindo um local marcado pelo passado colonial para construir outro, essencialmente moderno para os padrões da época.

Essa nova forma de conceber o momento histórico que o país atravessava sob a égide republicana pode ser percebida também nos temas relativos à higiene e à saúde pública. Era praticamente o fim da *belle époque* na cidade marcada pelas reformas de Pereira Passos, mas novamente alteradas por remodelações ainda mais drásticas, com a demolição do Morro do Castelo e o alastramento das longas e largas avenidas atingindo pontos mais distantes da urbe, criando novos bairros e lutando ardentemente contra os aspectos insalubres e as construções coloniais que insistiam em permanecer na capital. Se, por um lado, o desenvolvimento de novas técnicas de engenharia facilitava a derrubada de edificações e acelerava a abertura de novas rotas, gerava também sensações diversas: ora se debatia a respeito das perdas irreparáveis do passado histórico, ora era enaltecida a potencialidade em se aproximar das cidades mais modernas da Europa e dos Estados Unidos.

É nesse sentido que o arrasamento do Morro do Castelo, marco fundador da cidade colonial e das ordens jesuítas, foi tão simbólico para a efeméride de 1922. O empresário Carlos Sampaio, prefeito à época, comparava aquele morro na cidade como “um dente da frente cariado na boca”, ironicamente, referência a outro grande problema de saúde pública como era e é a situação odontológica da população. Essa perseguição de natureza econômica especulativa aos morros antigos da cidade remontava ao final do século XIX, quando o próprio Sampaio conseguiu uma concessão do governo para a remoção, mas

10 Em uma das cartas assinadas por “Iracema” (pseudônimo atribuído à Carlos Malheiro Dias) e publicada na *Revista da Semana*, há um comparativo de imagens de quando foi montada a Exposição de 1908 e o estado de abandono da região em 1915, mostrando, entre outros, as ruínas dos majestosos pavilhões do Distrito Federal, do estado da Bahia, do estado de São Paulo e da Sociedade Nacional de Agricultura, numa tentativa de cobrar providências do então prefeito, Rivadavia Correia, sugerindo pelo menos um ajardinamento do entorno, embora a tônica fosse a incompreensão para aquela situação na cidade, em contraste com a boa impressão causada pelo passeio iniciado na avenida Rio Branco (antiga avenida Central) e Beira-Mar. Conferir em: Um passeio entre as ruínas da Exposição da Praia Vermelha, *Revista da Semana*, ano XVI, n. 8, 3 abr. 1915. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909>. Acesso em: 9 jan. 2023.

foi impedido diante das mais diversas resistências. Em paralelo, havia o debate, inclusive nos meios científicos do período, acerca da teoria de que os morros, de maneira geral, atrapalhavam a circularidade dos ares, dificultando a entrada dos ventos vindos do mar, tornando o centro da cidade mais quente e insalubre. Trinta anos depois, essa discussão, ainda que enfraquecida pelas novas perspectivas microbiológicas no campo da saúde pública, fez com que o “sonho” se consumasse. Sob o pretexto da Exposição do Centenário da Independência, a demolição seria uma espécie de *mal necessário* para que ocorressem os novos tempos, provocando também a remoção da população local para as áreas menos nobres das imediações do Centro, processo esse que acompanhou por décadas a urbanização e o crescimento da cidade. Projetos de engenharia e arquitetura muitas vezes desconectados da realidade física e social para alguns espaços públicos foram uma constante ao longo dos anos, fazendo da cidade uma espécie de laboratório para as demais políticas de habitação de baixa renda durante a maior parte do século XX, mesmo em regiões mais distantes e pobres, como o próprio bairro de Manguinhos, onde fica o Instituto Oswaldo Cruz (Cavalcanti, 2013, p. 210 e 222).

Para a exposição foram construídos cerca de oitenta imóveis, entre palácios e pavilhões, numa área de 2.500 metros quadrados, espalhados pela então avenida das Nações (atual avenida Presidente Wilson), abrangendo a área do Passeio Público até a praça XV. Algumas das edificações permanecem até hoje, caso da sede da Academia Brasileira de Letras – pavilhão construído pelo governo francês; de uma das sedes do Museu da Imagem e do Som – pavilhão do Distrito Federal. Outras edificações foram alteradas, caso da atual sede do Museu Histórico Nacional, antigo complexo militar que abrangia a Casa do Trem, o Arsenal de Guerra e a Fortaleza do Calabouço, reformado para ser o Palácio das Indústrias da Exposição, caracterizando-se pelo polêmico estilo neocolonial, não sem críticas à intervenção sofrida naquele complexo arquitetônico. Um dos edifícios construídos por Portugal (o país foi também representado por um outro edifício intitulado De Honra), o Pavilhão das Indústrias de Portugal, reforçou o estilo manuelino e joanino harmonizando a data do centenário da independência do Brasil com seu passado colonial, ao intermediar aspecto conventual e majestoso com exposições da indústria de ferro e do hidroavião utilizado na travessia do Oceano Atlântico realizada pelos pilotos Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Após

a exposição, o prédio foi desmontado e levado de volta à Lisboa para ser reconstruído no Parque Eduardo VII, o que veio a ocorrer em 1929 (Levy, 2008, p. 226-229). Outros edifícios tiveram destino mais triste muitas décadas depois, caso do Palácio Monroe, construído para representar o Brasil na Exposição de Filadélfia, em 1904; posteriormente reconstruído, em 1906, para sediar a Terceira Conferência Pan-Americana. Chegou a ser sede provisória da Câmara dos Deputados e, por ocasião da Exposição do Centenário, sediou a Comissão Executiva do evento e, posteriormente, o Senado.¹¹

Embora houvesse a mobilização de um verdadeiro exército de operários – cerca de dez mil trabalhadores envolvidos – a exposição foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1922, com muitas construções ainda em obras, ao som da primeira transmissão de rádio em território nacional do discurso do então presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa, e da execução do hino nacional. Uma estação de rádio foi montada no alto do Morro do Corcovado, e oitenta receptores instalados nas ruas onde estavam os pavilhões (Motta, 1992). O evento permaneceu aberto ao público até julho de 1923 e, ao longo de quase um ano de funcionamento, recebeu mais de 3,6 milhões de visitantes. Como já destacado a respeito das exposições anteriores de 1908 e 1909 e da dinâmica mesmo desses eventos em outros países, “a sede de conhecimento” caminhou ao lado ou disputou as atenções do público junto às diversões, espetá-

11 Com a mudança da capital, em 1960, passou a exercer a função de escritório de representação do Senado no Rio de Janeiro. Com a ditadura, virou a sede do Estado-Maior das Forças Armadas e, durante as obras de construção do metrô na cidade, o traçado de túneis chegou a ser desviado para não afetar as fundações do palácio por conta do decreto estadual que garantia seu tombamento. Uma campanha mobilizada pelo jornal *O Globo*, apoiada inclusive por arquitetos modernistas, pediu a demolição do Palácio Monroe, sob alegações estéticas e de que o prédio estava atrapalhando a circulação da cidade. Além disso, o então presidente do país, Ernesto Geisel, sob a alegação de que o edifício prejudicava a visão do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, não concedeu o decreto federal de tombamento, sendo o edifício demolido em março de 1976. No local foi construída a atual praça Mahatma Gandhi, na Cinelândia. A demolição gerou a dilapidação do patrimônio ali existente, com muitos lucros para empresas e famílias abastadas, por meio da venda de pertences valiosos. Em 2015, 16 caixas com objetos – sobretudo lustres – do Palácio Monroe, até então fechadas desde a demolição, foram encontradas na sede do Museu do Senado Federal e passaram por tratamento, compondo atualmente o seu acervo. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/25/senado-resgata-lustres-que-iluminavam-palacio-monroe>. Acesso em: abr. 2022.

culos pirotécnicos, concertos, festivais literários, apresentações artísticas e projetos arquitetônicos. Segundo Schuster (2013, p. 129),

vários dos pavilhões emblemáticos foram construídos em estilo neocolonial. A mostra mais impressionante da revalorização da tradição portuguesa foi o pavilhão das indústrias da Exposição do Centenário, destinado a ser a sede do futuro Museu Histórico Nacional. Apesar de ter sido concebido pela elite política e cultural como um importante lugar de memória, cujo fim declarado seria a preservação da memória histórica da Colônia e do Império, o suposto “estilo colonial” do prédio foi na verdade uma mistura eclética de vários estilos de diferentes épocas.

A exposição contou com Palácio das Festas, Parque de Diversões com salão de bailes, salas de dança, cinematógrafo, bazar em estilo oriental, templo do riso, teatro, restaurante oficial e bares, Pavilhão de Música, além de um edifício especialmente dedicado ao cinema construído pelo governo de São Paulo e outro para embarque e desembarque nos passeios em hidroplanos.

Desta grande festa, a medicina e a saúde pública compuseram organicamente o seu enredo e incorporaram as discussões mais candentes do período a respeito da insalubridade no vasto país. Muitos cientistas latino-americanos buscavam o reconhecimento entre pares, ao mesmo tempo que divulgavam, em espaços internacionais, a precária situação sanitária de seus respectivos países, agravada pela ocorrência de enfermidades locais. Tal imagem não era a mais desejada por médicos e intelectuais comprometidos com a missão de inserir a América Latina no rol das *nações civilizadas* (Almeida, Cueto, 2021, p. 147-148). No Brasil, as pesquisas e viagens realizadas pelos médicos e profissionais de instituições biomédicas do período evidenciavam o preconceito que havia sobre os camponeses, tidos como ignorantes, famintos, depauperados e primitivos, sobre os quais afirmaram que podiam ser uma força para o desenvolvimento do país. A pesquisa e o trabalho médico rural coincidiram com a ascensão de movimentos nacionalistas em áreas rurais que reclamavam maior importância para suas regiões. O trabalho de Chagas e do Instituto Oswaldo Cruz assumiu uma nova cara graças a Belisário Penna (1868-1939), médico que fazia parte de um movimento mais amplo de médicos, engenheiros e políticos que queriam modernizar e integrar socialmente o país. Juntamente com Arthur Neiva (1880-1942), em 1912, Penna realizou uma expedição de seis me-

ses pelo interior do Brasil, promovida pelo Instituto Oswaldo Cruz. O objetivo era não só denunciar, mas também indicar quais intervenções o governo federal deveria realizar na área rural. Penna e Neiva tinham uma tese: a de que, embora os camponeses fossem vítimas de infecções e fome, sua constituição física era robusta, resistente e capaz de melhorar em um contexto sanitário favorável. Essa ideia se opunha às noções europeias racistas sobre a inferioridade dos grupos étnicos locais. A publicação dos seus relatórios na revista do Instituto Oswaldo Cruz foi o prelúdio de uma cruzada em favor da “profilaxia” rural e da vinculação do desenvolvimento nacional à saúde pública. A profilaxia causou uma reviravolta na noção de higiene; era um termo que ia além da prevenção ou do tratamento médico, abrangendo uma ideia de desenvolvimento, educação e eliminação dos fatores que, para os higienistas, provocavam a pobreza. O impacto que esses relatórios tiveram quando publicados, em 1916, e a frase “O Brasil é um imenso hospital” – cunhada na mesma época por outro médico, Miguel Pereira – levaram à criação, em 1918, da Liga Pró-Saneamento do Brasil, movimento nacionalista em favor da reforma sanitária, que criticava o sistema federalista descentralizado e frágil, característico da república fundada em 1889 (Hochman, 1998). A crítica era de que a solidariedade entre os estados havia sido posta de lado, não havia o reconhecimento de uma autoridade central e o camponês estava esquecido. Ao mesmo tempo, insistia-se na tese de que o *atraso* da população devia ser explicado pela pobreza extrema, e que o governo federal deveria fortalecer sua capacidade de intervenção em questões sanitárias que transcendiam os limites de um único estado.¹² A

12 Data de 1918 a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, pelo médico eugênista Renato Ferraz Kehl. Em 1929, houve a publicação dos *Annaes de Eugenia*, consolidando as atividades e conferências da Sociedade. O *Boletim de Eugenia* manteve-se em circulação entre 1929 e 1933. Em 1929, conforme o texto abordará mais adiante, ocorreu o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, paralelo ao 10º Congresso Brasileiro de Medicina, sob os cuidados do presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto. Também é deste período a edição dos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, criado em 1925, uma publicação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), funcionando como elo de intercâmbio científico em escala nacional e internacional. No início dos anos 1930, no auge das discussões sobre controle migratório, matrimônios e natalidade, eugenistas brasileiros fundaram a Comissão Central Brasileira de Eugenia, com o objetivo de assessorar o governo de Getúlio Vargas e as autoridades públicas em assuntos relacionados ao “aperfeiçoamento eugênico” da população brasileira. Ver, entre outros, Souza (2008) e Muñoz (2022).

campanha empreendida por esse movimento explica em parte a decisão do Congresso, em 1920, de criar um Departamento Nacional de Saúde Pública – no âmbito do Ministério da Justiça e Comércio Interior, onde Penna foi trabalhar –, ampliando o poder e a jurisdição de um governo federal que até então tinha se restringido a medidas sanitárias na capital e nos portos.

Esse período também coincide com a atuação mais efetiva da Fundação Rockefeller no continente latino-americano. Com programas de tratamento e combate às doenças, irradiava-se em vários países do continente e, ao mesmo tempo, ampliava o intercâmbio médico e a possibilidade de formação especializada em centros norte-americanos, a partir da concessão de bolsas de estudo, além de apoiar faculdades de medicina e saúde pública, por meio de doações, objetivando formar uma elite médica técnica e profissional latino-americana nos moldes da Universidade Johns Hopkins de educação médica, saúde pública e pesquisa científica.¹³ Por outro lado, já era cogitada, pela Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, a iniciativa de organização, na capital federal, de um congresso de *médicos práticos*, também em comemoração às festas de Independência. Sua peculiaridade com relação aos congressos nacionais de medicina, organizados pelas associações médicas e iniciados ainda no século XIX no país (Almeida, 2004), devia-se ao fato de que os interesses profissionais fossem defendidos como monopólio da “autoridade cultural do médico especialista” diante de outros profissionais e setores sociais que exerciam funções no campo, tanto no espaço urbano quanto rural: desde aqueles profissionais que não se adequavam aos pressupostos do que era considerado medicina científica e especializada, passando por áreas paralelas como a farmácia e a enfermagem, até chegar às parteiras, homeopatas, curandeiros, espíritas e outras práticas consideradas “indesejáveis” (Pereira Neto, 2001, p. 35).

Suas atividades tiveram início em 30 de setembro e foram finalizadas em 7 de outubro de 1922. A sessão de abertura ocupou o Pavilhão

13 A Fundação Rockefeller era uma instituição filantrópica fundada em 1914, financiada por recursos acumulados de uma abastada família de Nova York, derivados dos negócios de petróleo nos Estados Unidos. Para um estudo abrangente sobre o apoio dado pela instituição não só à saúde pública, mas em outros campos de conhecimento, ver Cueto (1994).

das Festas da Exposição Internacional, com a presença de autoridades. Contou com 350 inscrições e com a participação de renomados expoentes da medicina daquele momento. Destaca-se, todavia, que as temáticas abordadas e as resoluções tomadas, em que pese a marca da singularidade do evento, dialogavam com as demandas mais amplas que já estavam sendo demarcadas nos anos 1920: assistência hospitalar, regulamentação profissional do médico, raça, tuberculose, sindicalismo, combate à lepra, ao câncer, ao alcoolismo, às endemias do interior, ao charlatanismo, controle da manipulação de produtos farmacêuticos, discussão sobre o papel da enfermagem, problemas do ensino médico, segredo médico, aborto, legislação sanitária, doenças venéreas, perturbações nervosas, ensino e faculdades de medicina. Houve proposta para que a sequência do “Congresso dos Práticos” se mantivesse, diante do sucesso dos debates ocorridos e da necessidade de mais discussões a respeito de temas tão polêmicos. No entanto, isto acabou não ocorrendo, assim como não voltou a acontecer o Congresso Médico Paulista, iniciado em 1916 e que previa sua segunda realização em 1922, por conta do centenário da Independência.¹⁴ Era um momento bastante conturbado do regime republicano no país, com diversos setores da sociedade questionando, por motivos variados, o funcionamento dos acordos oligárquicos; e isso se refletiu também na festa do Centenário da Independência, centro das atenções da imprensa naquele momento, num país focado nas cidades litorâneas ou próximas, com demandas ascendentes, greves e descontentamentos, mas tentando fazer daquele evento uma ocasião para se revelar um Brasil com interior ainda muito desconhecido, desprovido de infraestrutura, industrialização e serviços básicos no que dizia respeito à saúde e educação.¹⁵

A data também incentivou projetos ambiciosos e de extensos preparativos, para um trabalho coletivo destinado a revelar o Brasil aos brasileiros, como foi o caso do *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



14 Primeiro Congresso Nacional dos Práticos. *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro, 1923.

15 Muitos intelectuais do período, sobretudo paulistas, criticavam a maneira pela qual a elite política tradicional teria transformado o Brasil numa cópia malfeita da Europa, sendo o Rio de Janeiro da *belle époque* o exemplo mais visível e detestável dessa obsessão por negar a si mesmo, agravando ainda mais a situação de dependência cultural e econômica do país.

(IHGB). O resultado acabou desapontando um pouco em virtude de não haver respostas aos longos questionários elaborados pelos municípios e autoridades consultadas e dos textos encomendados serem, em boa parte, advindos de publicações ou escritos anteriores, ou seja, não houve produção inovadora para se fazer o almejado dicionário da nação, ainda que os colaboradores tivessem grande conhecimento e inserção nos espaços de ciência e educação do país (Guimarães, 2000). Note-se que Theodoro Sampaio, Olympio da Fonseca, Alípio de Miranda Ribeiro, Carlos Carneiro, Max Fleiuss, Rodolfo Garcia, Oliveira Viana e Henrique Morize, entre outros, foram autores de capítulos sobre geografia, clima, flora, fauna, população, etnografia, instrução pública, higiene e saúde pública, tema que interessa particularmente aqui, cuja autoria coube ao médico José Paranhos Fontenelle. Inspetor sanitário do Departamento Nacional da Saúde Pública, docente de higiene da Escola Normal do Distrito Federal, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Higiene, primeiro professor chefe da Seção de Biologia Educacional e Higiene do Instituto de Educação do Distrito Federal do Rio de Janeiro e muito envolvido com o desenvolvimento de testes de inteligência no Instituto de Educação, atuando no movimento de renovação educacional e Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova,¹⁶ Fontenelle escreveu um longo capítulo para o *Dicionário*, dividindo-o em 19 partes, sendo dedicada ao período republicano bem mais que a metade de sua reflexão. Depois de uma breve retrospectiva das iniciativas voltadas para os cuidados higiênicos no período colonial, da estrutura existente da Junta Central de Higiene Pública do Império, o autor vai, a partir da metade do quinto item, dedicar-se a pormenorizar as ações e leis do período republicano referentes ao tema da higiene e saúde pública. Percebe-se que havia grande afinidade do autor com as diretrizes contemporâneas àquele período referentes a uma maior centralização das medidas sanitárias, sobretudo para o enfrentamento das endemias no interior, a partir de uma diretoria de saneamento e profilaxia rural, com a constante colaboração das federações e municípios, reforçando a capacitação técnica, especializada em Higiene Pública como defendia Carlos Chagas após sua viagem aos Estados Uni-

16 Verbete do HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, elaborado por Dayse Martins Hora. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/jose-paranhos-fontenelle>m1. Acesso em: 18 out. 2023.

dos, a captação de fundos financeiros para custeio da profilaxia rural¹⁷ e a defesa da criação de institutos especializados. Finaliza suas reflexões com argumentação econômica de que a soma de recursos utilizada para tal fim “reverterá, sem dúvida nenhuma, em juros de riqueza e de coesão nacionais. Povo sadio é povo trabalhador, é povo poderoso, é povo feliz” (Fontenelle, 1922, p. 457).

Foi do recém-criado Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) a participação mais efetiva da área médica junto ao público, com grande repercussão na imprensa, pois organizou uma exposição dentro da Exposição do Centenário, pautada na visão dos intelectuais sanitistas sobre os grandes problemas de saúde no Brasil. Ocupou as alas laterais do Pavilhão das Festas e manteve-se aberta ao público após o encerramento da exposição. Renato Kehl guardou algumas imagens fotográficas fortemente marcadas pelo ideal da educação higiênica das populações rurais e urbanas (Santos, 13 abr. 2020). Tanto imagens como objetos foram expostos como propagandas a conquistar o público visitante, com diversos ensinamentos da higiene. Segundo Araci Santos (2016, p. 42) a análise das propagandas que foram veiculadas durante a Exposição do Centenário da Independência no Rio de Janeiro é de fundamental importância para a compreensão da metodologia utilizada pelos organizadores do evento, sobretudo, no governo de Arthur Bernardes. As imagens demonstram uma tentativa de diálogo mais prático e de mais fácil compreensão para propagar os ideais sanitários. Era uma amostra da campanha educativa e sanitária que deveria ser disseminada em todo o país. Há muitas imagens das habitações típicas das áreas rurais, infestadas de insetos transmissores de doenças e modelos ideais de casas a serem seguidos.

17 Pelo Decreto n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920, era criado o Departamento Nacional de Saúde Pública e, para a implementação das diversas atribuições, foi criado um fundo especial constituído por imposto de consumo de bebidas alcoólicas; renda dos laboratórios subordinados ao Ministério do Interior, exceto o Instituto Oswaldo Cruz; saldos de verbas do departamento e recursos de multas sem fim determinado; 15% da renda obtida com jogos de azar licenciados em balneários, termas e climatéricas e, por último, recursos advindos com a venda do selo sanitário, com a efígie de Oswaldo Cruz, a ser aplicado nas preparações farmacêuticas e nos produtos biológicos (Fontenelle, 1922, p. 444).

Figuras 6 e 7 – Inúmeros painéis contendo gravuras, fotografias, maquetes, coleções, entre outros, representaram o Departamento Nacional de Saúde Pública, dirigido por Carlos Chagas, no Grupo Higiene e Assistência. Praticamente funcionaram como uma exposição de higiene dentro da Exposição de 1922. Tal empreendimento contou com grande participação de seus dirigentes e na Figura 7 estão as maquetes da coleção maranhense de casas rurais condenadas como anti-higiênicas pelas autoridades sanitárias e expostas no evento (Muñoz, 2022)



Fonte: Fundo Renato Kehl/Base Arch/Fiocruz. Imagens disponíveis em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/7951> e <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/7933>. Acesso em: 18 mar. 2024.

O DNSP organizou uma mostra na qual procurou evidenciar os resultados dos trabalhos realizados naqueles anos, com ênfase nas ações realizadas na capital e nos estados mais distantes, que sofriam interferências daquele órgão sobre a saúde. Entre as atividades desenvolvidas na Exposição do Centenário da Independência em 1922, destaca-se a projeção de vários filmes em estilos bem diferentes e de potencial atração do público, cuja temática era a educação sanitária. Entre eles, citam-se *Os avariados* (drama dividido em sete partes); *Os dois caminhos* (drama); *Higiene social da mulher* (educativo); *Syphilis e seu tratamento* (educativo); *Recompensa à coragem* (educativo); *Falemos a verdade* (comédia) (Santos, 2016, p. 39).¹⁸

No ano seguinte, uma nova série de congressos médicos seria inaugurada. Tratava-se dos congressos brasileiros de higiene, que mantiveram uma longa tradição ao longo dos anos, até a década de 1980, indicando sua vitalidade até pouco tempo atrás. A iniciativa de sua organização partiu da Sociedade Brasileira de Higiene, formada também em 1923. Alguns membros eram médicos que estiveram nos Estados Unidos para se formarem em especialistas em saúde pública e que ocupavam ou iriam ocupar cargos importantes na administração sanitária do país. Foi o caso de Carlos Chagas, que já era o diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, um dos fundadores e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Higiene, e de Geraldo Paula Souza, posteriormente diretor do Serviço Sanitário de São Paulo (Campos, 2002, p. 76). Imbuídos da experiência em conhecer a realidade norte-americana, estes e outros médicos acreditavam que a especialização em higiene po-

18 Todos esses filmes são desconhecidos até o momento, se perderam. A relação entre exposições e cinema é tema fascinante e, devido ao descuido com a preservação de filmes utilizados ou exibidos nestes eventos, muito pouco se sabe a respeito, principalmente nos países latino-americanos. No campo da história das ciências, muito ainda está para ser feito, pois quase nada se localizou, com raras exceções, a exemplo dos filmes exibidos pelo Instituto Manguinhos por ocasião da Exposição Internacional de Higiene de Dresden, Alemanha, de 1911 e referenciados no belo documentário *Cinematógrafo brasileiro em Dresden* (2011), dirigido por Eduardo Thielen e por Stella Oswaldo Cruz Pennido, bisneta de Oswaldo Cruz. Um dos filmes abordou o combate à febre amarela realizado na cidade do Rio de Janeiro e o outro destacou a doença de Chagas em Lassance (MG). No entanto, é de conhecimento que filmes do Serviço Sanitário de São Paulo também foram exibidos, destacando-se o Instituto Butantan, os estudos sobre oídismo e a fabricação de soros; e o Instituto Vacinogênico de São Paulo, sobre o processo de fabricação de vacina contra a tuberculose bovina. Infelizmente esses filmes estão perdidos (Moraes, 2015, p. 22-23). Ver *Cinematógrafo...* (2011).

deria ampliar o campo de debate científico e o poder de influência dos médicos sanitaristas nas políticas públicas de saúde.

A iniciativa de organizar um congresso de higiene de amplitude nacional era uma tentativa de responder à insatisfação generalizada por parte de muitos médicos que atuavam na área e que consideravam os programas dos congressos de medicina muito amplos. Argumentavam que, ao invés da amplitude de temas abarcando todos os problemas, seria muito mais interessante, tal qual vinha ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, a eleição de duas ou três questões, sobre as quais todos os congressistas se debruçariam para buscar as soluções mais adequadas, práticas e autorizadas. A ênfase na eleição de algumas doenças que deveriam ser erradicadas e como responsáveis pela miséria que assolava diversas partes do país estava em sintonia com a nova concepção em se compreender a saúde pública como área de conhecimento estritamente pragmático.

A Academia Nacional de Medicina cedeu suas dependências para o Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene durante a primeira semana de outubro de 1923. Foi aprovado, em forma de moção, um voto dirigido aos poderes públicos para que fosse criado o Ministério da Saúde Pública e, outro, para a criação de uma Escola de Higiene e Saúde Pública nas dependências de Manguinhos.¹⁹ Valorizava-se cada vez mais o aperfeiçoamento técnico dos higienistas, num esforço contínuo do governo federal em parceria com a Fundação Rockefeller para solucionar o problema das doenças nas regiões distantes do país – o Norte e o Nordeste. Estes congressos mantiveram a regularidade por muito tempo, havendo uma interrupção no período Vargas, a partir dos anos 1930. Em 1947, após o fim do Estado Novo, os congressos brasileiros de higiene voltaram a ser realizados, contando com a participação decisiva não só dos expoentes da direção dos serviços públicos de saúde, como também

19 Esta última resolução não agradava os médicos envolvidos com o ensino médico e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que viam, naquela proposta, verdadeira ameaça ao seu *status* de escola formadora no campo da medicina por excelência (Annaes..., 1926, p. 245-246). Consultar também Campos (2002, cap. 6).

de médicos, engenheiros e profissionais ligados à saúde pública.²⁰ Por outro lado, consolidava-se internacionalmente a perspectiva eugenista da medicina no campo social e nas atribuições higiênicas (Souza, 2008). No Brasil não foi diferente: além da formação de associações profissionais como a Sociedade Eugênica de São Paulo, a Liga Pró-Saneamento do Brasil, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Sociedade Brasileira de Higiene, foi organizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929, sendo seu presidente Edgard Roquette-Pinto. Segundo Souza e colegas (2009, p. 766),

As ideias eugênicas foram moldadas também pela realidade racial do país, uma vez que a grande parcela da população de origem africana, indígena e mestiça era vista como um problema a ser enfrentado pelas autoridades locais. De maneira geral, os eugenistas brasileiros buscavam um caminho alternativo que fugisse dos estereótipos negativos e deterministas que os cientistas e viajantes estrangeiros haviam construído, em relação à suposta instabilidade racial dos brasileiros. A partir do controle das políticas migratórias e do processo de miscigenação, os eugenistas almejavam homogeneizar a “raça nacional”, por meio de um processo de branqueamento – um caminho que desde o século XIX seduzia as elites nacionais –, ou assumindo uma identidade mestiça – como defendia um grupo de intelectuais liderados por Roquette-Pinto, Gilberto Freyre e Manoel Bomfim.

Todavia, conforme nos aponta Leonardo Carvalho em seu estudo sobre o sanitarista Belisário Penna, há um diferencial a ser ressaltado uma vez que a eugenia por aqui fora remodelada à luz da visão preventiva de vários médicos que propunham alterações sociais, unindo-se ao “vasto tronco do projeto de saneamento e de intervenção social”. Esta

20 Em 1924 ocorreu o segundo, em Belo Horizonte; o terceiro em 1926, em São Paulo; o quarto em Salvador, em 1927; e o quinto em 1929, na cidade de Recife. Interessante notar que estes eventos também abarcaram temáticas com viés eugenista. O de Recife ocorreu no mês de outubro e nele foram feitas recomendações para que fosse criada a Sociedade Brasileira de Antropologia e Eugenia, para a legislação do exame médico pré-nupcial “como base da campanha em prol da eugenia da raça”, para a criação de um serviço de proteção maternal, para implementação de cursos de puericultura nos estabelecimentos de ensino às “futuras mães brasileiras, depositárias do patrimônio biológico da raça” e para que fosse abordado no próximo evento de higiene o “problema do alcoolismo no Brasil” (Annaes..., 1929, p. 170-185).

dimensão buscava aprimorar o ambiente e a hereditariedade a partir de novos padrões de assistência social para os quais o Departamento Nacional de Saúde Pública, dirigido posteriormente por Penna na década de 1930, levaria adiante a perspectiva de que “sanear era eugenzar”, estabelecendo a primazia do saneamento como condição para a aplicabilidade dos princípios eugênicos no Brasil (Carvalho, 2022, p. 657-658).

Alguns dos temas discutidos durante o congresso, nas dependências da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tiveram desdobramentos ao longo dos anos 1930, a exemplo das discussões sobre imigração no governo Vargas. A perspectiva eugênica de melhoramento da espécie humana era tida como a grande novidade científica daqueles tempos, e o problema imigratório já estava sendo amplamente debatido, inclusive para sugerir mudanças na legislação da década de 1920, propondo uma série de dispositivos para controlar a proximidade com características consideradas “indesejáveis”, sobretudo advindas dos povos de origem asiática. O evento foi dividido em três grandes seções: antropologia, genética (aparece posteriormente o termo *heredologia*) e educação e legislação. Em sua grande maioria, médicos homens e cientistas das ciências naturais, interpretando o biológico como argumento para legitimar comportamentos e papéis sociais para homens e mulheres.

Considerações finais

As exposições analisadas ao longo do texto inserem-se no momento mais receptivo em se conceber a higiene como assunto estratégico político. Interpretada no século XIX e XX como medicina social, de Estado ou, mais genericamente, como saúde pública (Mantovani, Marques, 2020, p. 339), essa forma de concepção sobre o individual e o coletivo se mostrou mais eficiente diante das transformações das relações de trabalho e da ampliação dos intercâmbios internacionais no âmbito do comércio, da diplomacia, da exploração de recursos naturais e da própria ciência. A “higiene social” passa a ser um conhecimento gerenciado pelas políticas públicas, e seu efeito se fez mais visível nos grandes aglomerados populacionais como são as cidades que começam a ser alteradas ou fundadas sob a égide das engenharias e das teorias médicas vigentes. Em parceria, iniciativas e projetos educacionais com orientações e materiais de divulgação sobre preceitos higiênicos e métodos

de profilaxia das doenças, reforçam a formação de estudantes, mães e trabalhadores no processo civilizatório dos trópicos. Por outro lado, a desassistência de grandes áreas e as constantes perseguições a determinados segmentos populacionais considerados insalubres, em países de tamanha desigualdade como é o caso do Brasil, acaba gerando uma verdadeira política de *limpeza social*, ainda que muito de seus protagonistas científicos acreditassem ser aquele o melhor caminho para fazer o país se desenvolver.

Em geral, as cidades mais modernas do século XIX, tal qual o espírito das exposições universais que as mesmas sediaram, possuem caráter efêmero, transitório, se inventam e reinventam a todo momento, muitas vezes, negligenciando sua própria memória e a pluralidade social dos seus sentidos de ocupação e usos. Espaços de lazer são também informativos e vice-versa, como são as escolas, teatros e museus, entre outras instituições, compondo fisionomias da cidade, numa trama incessante entre o construir e destruir coisas belas, lembrando os versos da canção que Caetano Veloso fez para a cidade de São Paulo.

No caso do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro e o seu processo de urbanização se confundiu com as exposições sediadas nela; ela mesma se tornou elemento expositivo, transcendendo a ideia de eventos para o grande público. Dessa forma, as cidades são verdadeiros laboratórios de diversas experiências entre aquilo que é exposto e o visitante, e propõe um cenário para a concretização daquilo que se preconiza no campo das ideias, das pesquisas e dos debates científicos, mas não deixa de ser uma utopia, um *vir a ser*, uma fantasia racional de um futuro promissor, saneado e harmônico.

Ao construir sentidos para o passado da nação (Hobsbawm, 1998), vislumbram-se perspectivas de futuro, elegem-se eventos e personalidades em detrimento de outros, dimensionam-se prioridades para o país. Nesse caso, o esforço é destacar um marcador científico do saneamento do país como arcabouço fundamental para o seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, como ampliação do prestígio profissional de especialistas e da sua influência política em outras regiões do país.

Observa-se que a constância e o crescimento desses encontros médicos nas cidades brasileiras, ao lado de outras iniciativas, contribuíram para a consolidação da área de saúde pública como um campo profissional autônomo e diferenciado das outras formas de atuação médica. Era, pois, uma nova concepção de saúde pública que, aos pou-

cos, estava sendo engendrada no país. Dessa forma, compreende-se o empenho de autoridades sanitárias e setores médicos para a realização de eventos abertos ao grande público, caso das exposições de higiene e da participação efetiva dos setores ligados à saúde pública em exposições cívicas de datas históricas, como o centenário de abertura aos portos estrangeiros ou da Independência. Eram estratégias modernas de aproximação entre as pesquisas científicas realizadas e as campanhas educativas no âmbito individual e social de um país marcado pela desigualdade econômica e mazelas sanitárias, compondo um movimento internacional que se atualizou, mas ainda não conseguiu dar o salto necessário em termos de acessibilidade plena das condições básicas de saneamento e água tratada para todos os habitantes do país, o que certamente propiciaria também maior zelo e preservação ambiental. Atualmente, o problema urbano de maior impacto socioambiental é a falta de saneamento, escassez de água e a forma de convivência com a natureza no espaço citadino.²¹ Exemplo claro desta situação é a constatação de que a dengue no país, doença causada por vírus e transmitida pelo mesmo mosquito da febre amarela, o *Aedes aegypti*, ocorre com maior frequência em áreas urbanas desprovidas de encanamentos, esgoto e água tratada, caso das periferias e favelas, obrigando suas populações mais vulneráveis a manter reservatórios de água limpa, ambiente propício para o vetor se reproduzir. Apesar do legado extraordinário de pesquisas desenvolvidas sobre o tema e de instituições especializadas, da complexidade estrutural da área e conquistas mais recentes de saúde pública no país como o Sistema Único de Saúde (SUS), infelizmente, tais constatações permanecem marcando o Brasil, em pleno século XXI, em pleno bicentenário de sua Independência. Seguimos com a perspectiva de acesso à saúde plena a todos como utopia entre nós, sob as vestes modernas do espetáculo empreendedor de empresas e capital financeiro interessados no setor das águas. Conhecer e refletir sobre o processo histórico que nos traz esse impasse na contemporaneidade é tarefa in-

21 Segundo dados do mais recente relatório da ONU sobre cidades, 56% da população mundial se concentra nas cidades e este número deve aumentar para 68% em 2050. Uma das conclusões do documento é a de que cidades podem ser lugares mais equitativos, ecológicos e baseados no conhecimento. Conferir em: *World Cities Report 2022: Envisaging the future of cities*. Disponível em: <https://unhabitat.org/wcr/>. Acesso em: 02 dez. 2022.

terdisciplinar e, longe de ser um problema estritamente técnico, como queriam alguns sanitaristas de outrora e da atualidade também, exige novas posturas epistemológicas dos meios acadêmicos para conciliar o saber científico com os direitos humanos.

Referências

ANNAES do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. v. 1.

ANNAES do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene. Rio de Janeiro: Inspetoria de Demografia Sanitária, 1929. v. 1.

ALMEIDA, Marta de. **Da Cordilheira dos Andes à Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino-americanos e brasileiros (1888-1929)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ALMEIDA, Marta de. Entre balões, carrosséis e ciências: a Exposição Internacional de Higiene na Capital Federal. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO*, 12., 2006, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2006a. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marta%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 3, p. 733-757, 2006b.

ALMEIDA, Marta de. Congressos e exposições científicas: temas e fontes para a história. *In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). Ciência, civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2010. p. 197-208.

ALMEIDA, Marta de; CUETO, Marcos. Políticas sanitárias e pesquisa médica no mundo rural latino-americano. *In: PRADO, Maria Lígia (org.). Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 143-162.

BENCHIMOL, Jaime Larry; TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Cobras, lagartos & outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **Juno, a mulher transparente de Dresden: a**

história de um modelo anatômico feminino. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. 1-22, 2018.

BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz, a construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

BRITTO, Nara. “La dançarina”: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 4, n. 1, p. 11-30. 1997.

CAMPOS, Cristina de. **São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945)**. São Carlos: RiMa, 2002.

CARVALHO, Leonardo D. Sanear é eugenzar: a eugenia “preventiva” de Belisário Penna a serviço do saneamento do Brasil, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 29, n. 3, p. 645-660, 2022.

CAVALCANTI, Marina. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da “PACificação”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 2, p. 191-228, 2013.

CINEMATÓGRAFO brasileiro em Dresden. Roteiro e direção: Eduardo Thielen e Stella Oswaldo Cruz Penido. Rio de Janeiro: VideoSaúde/Fiocruz, 2011. Documentário. Legendas em inglês e alemão. 21min24s. Disponível em: <https://youtu.be/-9PNuyL8YIo>. Acesso em: 22 out. 2021.

COSTA, Carla. A Exposição Nacional de 1908 na Coleção Família Passos. Série “O Rio de Janeiro desaparecido”, II. **Brasiliana Fotográfica**, 5 abr. 2018. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=11621>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CUETO, Marcos. **Missionaries of science: The Rockefeller Foundation and Latin America**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

DOMINGOS NETO, Manuel (org.). **O militar e a ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

FONTENELLE, José Paranhos. Hygiene e saude publica. In: IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Dicionário histórico, geographico e ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 1922. Cap. XVII, p. 418-463.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GUIMARÃES, Maria Lucia Paschoal. O Brasil de A à Z: “Dicionário Histórico, Etnográfico e Geográfico” (1922). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 23., 2000, Manaus. **Anais [...]** Manaus: Intercom, 2000.

GUIMARÃES, Reinaldo. O mal-estar na saúde pública. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 96, p. 159-188, 2013.

HEESEN, Anke te. On the history of the exhibition. **Representations**, v. 141, n. 1, p. 59-66, 2018.

HOBSBAWM, Eric. O sentido do passado. *In*: HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22-35.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

KOLATA, Gina. **Gripe**: a história da pandemia de 1918. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEVY, Ruth. **Entre palácios e pavilhões**: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

LEVY, Ruth. **A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010.

LIVRO DE OURO do **Centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 2023. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0447/bndigital0447.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

MANTOVANI, Rafael; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Higiene como prática individual e como instrumento de Estado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 27, n. 2, p.337-354, 2020.

MORAES, Alice Ferry de. O cinematógrafo e os filmes brasileiros na Exposição Internacional de Higiene de Dresden, em 1911. **Revista Livre de Cinema**, v. 2, n. 2, p. 14-29, 2015.

MOTTA, Marly. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUÑOZ, Pedro Felipe Neves de. From Dresden to the World: Images of the German Hygiene Museum's relations with Latin America, 1911-1933. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 29, n. 1, p. 195-214, 2022.

PEREIRA NETO, André. **Ser médico no Brasil**: o presente no passado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PEREIRA, Margareth da Silva. A exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. **Arqtexto**, n. 16, p. 6-27, 2010. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/01_MSP.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

RANGEL, Rosângela Faria. **Assistência no Rio de Janeiro**: elite, filantropia e poder na Primeira República. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a

partir da América Latina. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 24, n. 3, p. 785-826, 2017.

SANTOS, Araci Alves. **A saúde do Brasil e como restaurá-la**: Henrique Autran e o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária na cidade do Rio de Janeiro de 1920 à 1927. Tese (Doutorado em História da Ciência, das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Ricardo Augusto. A apresentação do Departamento Nacional de Saúde Pública na Exposição Internacional do Centenário da Independência. **Brasileana Fotográfica**, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=18805>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 121-134, 2013.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloísa. **Bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 1, n. 2, p. 146-166, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 16, n. 3, p. 763-777, 2009.

Como citar o capítulo:

ALMEIDA, Marta de. A “cidade-exposição” do Rio de Janeiro: espaço de experiências e expectativas da saúde pública para o Brasil na Primeira República. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; ALMEIDA, Marta de (Org.). **Ciências e tecnologias num Brasil (in)dependente**. Brasília, DF: Editora IBICT, 2025. Cap. 12, p. 333-367. DOI: 10.22477/9788570131737.cap12